

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.818.914 - CE (2019/0147339-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO  
**ADVOGADOS** : JOSÉ HAROLDO DOS SANTOS SILVA - CE004382  
LUIZ MARCELO MOTA LEITE E OUTRO(S) - CE019227  
**RECORRIDO** : MARCOS AURELIO VIEIRA MADEIRO  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ  
**INTERES.** : AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO SERVIÇOS  
PÚBLICOS E DE CIDADANIA DE FORTALEZA - AMC  
**ADVOGADOS** : NADEGE DA SILVA CERQUEIRA - CE016321B  
ANA BÁRBARA ROLIM DE BARROS ALVES DE SOUZA -  
CE017214

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Departamento Estadual de Trânsito do Ceará - DETRAN/CE** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, assim ementado (fl. 269):

*EMENTA: PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO À APELAÇÃO INTERPOSTA PELO AGRAVANTE. LICENCIAMENTO DE VEÍCULO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO DETRAN. REJEITADA. CONDICIONAMENTO DO LICENCIAMENTO DE VEÍCULO AO PAGAMENTO DE MULTAS. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABÍVEL. PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.*

1. *O agravante alega sua ilegitimidade passiva, requerendo a reconsideração da decisão agravada ou o conhecimento e provimento do presente recurso, a fim de que seja reformada a decisão monocrática e excluído da demanda ou, em caso de entendimento diverso, que seja eximido da condenação referente ao pagamento de honorários advocatícios ou reduzido o valor fixado.*

2. *O entendimento deste Tribunal de Justiça é no sentido de reconhecer a legitimidade passiva do DETRAN para figurar nas demandas em que o pleito não se limita à declaração de nulidade das multas aplicadas por outros órgãos, mas que envolvam também pedido de autorização para licenciamento do veículo sem a cobrança das penalidades questionadas, como é o*

*caso dos autos, eis que o DETRAN condicionou o licenciamento do veículo do autor/agravado ao prévio pagamento de infrações revestidas de ilegalidade. Preliminar rejeitada.*

3. *Em relação aos honorários advocatícios, tem-se que, uma vez que restou configurada a sua responsabilidade no lançamento das multas ao agravado, cabível a condenação em respeito ao princípio da causalidade, eis que o agravante deu causa à propositura da presente ação. Quanto ao valor, não há que se falar em redução, tendo em vista que o montante arbitrado encontra-se muito abaixo dos parâmetros utilizados nesta Corte.*

4. *Agravo improvido. Decisão monocrática mantida.*

A parte recorrente aponta divergência jurisprudencial e violação aos arts. 17 do CPC/2015 e 6º, 131, § 2º, e 281 do Código de Trânsito Brasileiro. Sustenta, em resumo, que o DETRAN/CE é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação pois, embora seja o "*responsável pelo licenciamento, registro e vistoria de veículos*" (fl. 192), não foi o emitente das multas de trânsito.

### **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

De início, verifica-se que a insurgência não merece prosperar.

Com efeito, acerca do tema trazido à discussão, cumpre transcrever o seguinte trecho do quanto restou decidido no acórdão recorrido (fl. 271):

*Dessa forma, como já mencionado na decisão ora agravada e, consoante a jurisprudência deste Tribunal de Justiça, deve-se rejeitar a preliminar e reconhecer a legitimidade passiva do DETRAN para figurar nas demandas em que o pleito não se limita à declaração de nulidade das multas aplicadas por outros órgãos, mas que envolvam também pedido de autorização para licenciamento do veículo sem a cobrança das penalidades questionadas, sendo este o caso dos autos.*

Dessarte, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, no sentido de afirmar que o recorrente é parte ilegítima na ação relativa a licenciamento de veículo, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice previsto na Súmula 7/STJ.

Nesse vértice, veja-se:

*ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ORDINÁRIA ANULATÓRIA DE MULTAS DE TRÂNSITO COM PEDIDO DE RENOVAÇÃO DO LICENCIAMENTO. AUTUAÇÕES LAVRADAS PELO DETRAN/PE.*

*LEGITIMIDADE PASSIVA DECLARADA PELO ACÓRDÃO LOCAL À VISTA DOS ELEMENTOS CONSTANTES DOS AUTOS, CUJA REVISÃO É VEDADA NESTA SEARA RECURSAL. PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO NÃO OBSERVADO. NECESSIDADE DE DUPLA NOTIFICAÇÃO DAS MULTAS DE TRÂNSITO. SÚMULAS 127 E 312/STJ. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO INTERNO DO DETRAN/PE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.*

*1. Tendo o Tribunal local declarado a legitimidade passiva do DETRAN/PE mediante a análise dos elementos fático-probatórios dos autos, não é dado à esta Corte Superior o revolvimento do acervo processual para a eventual reforma do julgado. Precedentes: AgRg no AREsp. 623.196/PR, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 23.5.2016 e AgRg no AgRg no AREsp. 477.730/RS, Rel. Min. ASSUETE MAGALHÃES, DJe 17.3.2016, dentre outros.*

*2. No tocante ao mérito, a irresignação apresentada apenas menciona não haver orientação firmada desta Corte Superior, sem, entretanto, citar ao menos um julgado que confirme sua alegação, pelo que também deve ser rejeitada.*

*3. Agravo Interno do DETRAN/PE a que se nega provimento.*

**(AgInt no REsp 1.556.002/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/6/2017, DJe 28/6/2017)**

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial. Levando em conta o trabalho adicional realizado em grau recursal, impõe-se à parte recorrente o pagamento de honorários advocatícios equivalentes a 10% (dez por cento) do valor a esse título já fixado no processo (art. 85, § 11, do CPC/2015).

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**

**Relator**

